

## TABELA 7

### MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo

**Unidade Gestora:** Secretaria Municipal de Saúde

**Gestor Responsável:** Hevillyn Eduarda Furtado Silva de Oliveira

**Exercício:** 2023

#### 1. RELATÓRIO

##### 1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	Item não foi objeto de análise	Lei 4.320/1964, art. 60.	Item não foi objeto de análise	Item não foi objeto de análise	Item não foi objeto de análise
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	registros (empenhos e liquidações) do período de 01/2023 a 30/10/2023 das despesas previdenciárias patronais	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991	Conformidade (verificação documental)	registros (empenhos e liquidações) do período de 01/2023 a 30/10/2023 das despesas previdenciárias patronais	100% das despesas patronais período analisado
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	relatórios de pagamento das obrigações previdenciárias patronais do	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991	Conformidade (verificação documental)	relatórios de pagamento das obrigações previdenciárias patronais do	100% das despesas patronais do primeiro quadrimestre de 2023

		exercício de 2023			exercício de 2023	
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	relatórios de liquidações e pagamentos do primeiro quadrimestre de 2023	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Conformidade (Análise documental)	Folha de pagamento do 1º quadrimestre de 2023	100% das despesas previdenciárias do 1º quadrimestre de 2023
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias- parte servidor	listagem de recolhimentos de inss servidores do período (01/01/2023 a 31/10/2023)	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Conformidade (Análise documental)	listagem de recolhimentos de inss servidores do período (01/01/2023 a 31/10/2023)	listagem de recolhimentos de inss servidores do período (01/01/2023 a 31/10/2023)
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Item não foi objeto de análise	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	-	100% dos processos de despesas de parcelamento de obrigações previdenciárias.	Item não foi objeto de análise
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Item não foi objeto de análise.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Auditoria Governamental de conformidade	100% dos demonstrativos contábeis e de patrimônio exigidos pela IN 043/2017.	Item não foi objeto de análise.
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Item não foi objeto de análise.	Lei 4.320/1964, art. 94.	Auditoria Governamental de conformidade	100% dos demonstrativos e relatórios dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	Item não foi objeto de análise.
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Analisamos as contas bancárias movimentadas no exercício 2023	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental)	100% das Analisamos as contas bancárias movimentadas no exercício 2023	Termo de verificação das disponibilidades financeiras e extratos bancários das Contas bancárias cadastradas no ente no exercício de 2023
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Analisamos as contas bancárias movimentadas no exercício 2023	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Analisamos as contas bancárias movimentadas no exercício 2023	Termo de verificação das disponibilidades financeiras e extratos bancários das Contas bancárias cadastradas no ente no exercício de 2022
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo com	Item não foi objeto de análise.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Item não foi objeto de análise.	Totalidade dos demonstrativos gerados pelo setor de tributação	Item não foi objeto de análise

	as demonstrações contábeis				relativo à dívida ativa e balanço patrimonial.	
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	Item não foi objeto de análise.	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Conformidade (Verificação documental)	Restrito aos demonstrativos contábeis anexos à PCA do ente.	Item não foi objeto de análise.
1.5.2	Segregação de funções.	item não foi objeto de análise	CRFB/88, art. 37.	Auditoria de Conformidade	item não foi objeto de análise	item não foi objeto de análise
2.2.10	Execução de programas e projetos	Item não foi objeto de análise	CRFB/88, art. 167, I.	Conformidade (Verificação documental)	Balancete de Verificação, Lei Orçamentária Anual, PPA, LDO e Créditos Adicionais Abertos.	Item não foi objeto de análise
2.2.18	Realização de investimentos plurianuais	Item não foi objeto de análise.	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Auditoria Governamental de conformidade	Processos de despesas com duração plurianual.	Item não foi objeto de análise.
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	Item não foi objeto de análise.	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Auditoria Governamental de conformidade	Escrituração contábil da receita e despesa pública.	Item não foi objeto de análise.
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Analizamos os pagamentos efetuados no primeiro quadrimestre de 2023.	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Fiscalização/levantamento	Analizamos os pagamentos efetuados no primeiro quadrimestre de 2023.	Analizamos os pagamentos efetuados no primeiro quadrimestre de 2023.
2.2.30	Despesa – realização de despesas – irregularidades	Item não foi objeto de análise	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Fiscalização /levantamento	100% Processos de despesas referentes a Projetos	Item não foi objeto de análise
2.2.31	Despesa – liquidação	item não foi objeto de análise	Lei 4.320/1964, art. 63.	Fiscalização /levantamento	100% dos processos de execução das despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, equipamentos e material permanente, obras e serviços de engenharia do 1º semestre de 2023	despesas referentes aos elementos de despesas: 339030000000-Material de consumo, 449052000000-Equipamentos e material permanente, 449052000000-Obras
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Item não foi objeto de análise	Lei 4.320/1964, art. 62	Fiscalização/Levantamento	Item não foi objeto de análise	Item não foi objeto de análise

2.2.33	Despesa – desvio de finalidade	Item não analisado	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Conformidade (Levantamento)	Processos de despesas de recursos vinculados do primeiro semestre de 2022	100% dos item não analisado
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	Item não analisado	Legislação específica.	Fiscalização (levantamento)	100% dos processos de despesas de repasse de recursos a entidades, através de auxílios, contribuições ou subvenções do primeiro semestre de 2022	Item não analisado
2.2.35	Despesa – subvenção social.	relatório de liquidações do elemento de despesas subvenções Sociais do exercício 2023	Lei 4.320/1964, art. 16.	Conformidade (revisão documental/ levantamento)	Analizamos o relatório de liquidações do elemento de despesas subvenções Sociais do exercício 2023	Analizamos o relatório de liquidações do elemento de despesas subvenções Sociais do exercício 2023
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Item não foi objeto de análise.	CRFB/88, art. 100 / Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Item não foi objeto de análise.	Precatórios não foram instituídos no Município	Item não foi objeto de análise.
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	Item não foi objeto de análise	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Auditoria Governamental de conformidade	Demonstrativo da dívida fundada instituídos no Município	Item não foi objeto de análise
2.3.4	Dívida ativa e demais créditos tributários – cancelamento	Item não foi objeto de análise.	CRFB/88, art. 37 c/c LC 101/2000, art. 11.	Auditoria Governamental de conformidade	100% dos processos de cancelamento de créditos tributários.	Item não foi objeto de análise.
2.3.5	Cancelamento de passivos	Exame documental (relatório lista de cancelamentos de restos a pagar) comunicação interna 02/2023	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Conformidade (Revisão documental)	100% das anulações de liquidações referentes ao exercício 2023	100% das anulações de liquidações referentes ao exercício 2023
2.4.1	Transferências voluntárias – exigências	Item não foi objeto de análise	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Conformidade (revisão documental/ levantamento)	Item não foi objeto de análise	Item não foi objeto de análise
2.4.3	Dívida pública – originalmente superior ao limite – redução do valor excedente	Item não foi objeto de análise.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Conformidade (revisão analítica)	Totalidade dos valores apresentados no demonstrativo da dívida fundada.	Item não foi objeto de análise

2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Item não foi objeto análise.	LC 116/2003, art. 6º Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Auditoria Governamental de conformidade	100% dos processos de despesas com previsão legal de retenção na fonte.	Item não foi objeto de análise.
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Item não foi objeto análise.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Fiscalização/Levantamento	Totalidade da tabela de contribuições e retenções utilizada no RH.	Item não foi objeto de análise.
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	Item não foi objeto análise.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Auditoria Governamental de conformidade	100% dos processos de parcelamento.	Item não foi objeto de análise.
2.5.37	Registro de Admissões	Comunicação interna 04/2023	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Fiscalização/Levantamento	Folha de Pagamento	Não houve admissões de servidores efetivos no exercício de 2023
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Item não foi objeto análise.	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Auditoria governamental de conformidade	100% da ocupação das funções de confiança.	Item não foi objeto de análise.
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão.	Item não foi objeto análise.	Legislação específica do órgão.	Auditoria governamental de conformidade	100% da ocupação das funções de confiança e legislação específica que a define.	Item não foi objeto de análise.
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Item não foi objeto análise.	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Conformidade (Verificação documental)	100% das contratações por prazo determinado.	Item não foi objeto de análise.
2.6.4	Pessoal – teto	04/2023	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Fiscalização (conformidade)	100% da folha de pagamento exercício	100% folha de pagamento exercício 2023
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Item não foi objeto análise.	CRFB/88, art. 37, caput.	Fiscalização (conformidade)	100% dos pagamentos de subsídios, vencimentos, vantagens, dentre outros, da folha de pagamento do exercício	Item não foi objeto de análise.
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	Item não foi objeto análise.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Auditoria governamental de conformidade	100% dos processos dispensa e inexigibilidade de licitação das dispensas e orçamentárias com aquisição de bens, serviços, obras e serviços de engenharia do	Item não foi objeto de análise.

					1º semestre de 2023	
--	--	--	--	--	---------------------	--

## 1.2. Constatções e Proposições

[Relatar as constatações acerca dos itens selecionados para análise, indicando os achados e as proposições].

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.1.2	Item não foi objeto de análise	-	Pendente
1.2.1	Da análise da amostra selecionada constatamos que os encargos patronais do Regime Geral de Previdência (RGPS) foram contabilizados no período	Nenhuma proposição	Regular
1.2.2	Ao analisarmos os relatórios de pagamento das obrigações previdenciárias patronais do exercício de 2023 observamos que no primeiro semestre, houve atraso no pagamento de 3 liquidações, embora essas não fossem valores significativos, naquela oportunidade, ao observarmos o atraso emitimos alerta. Observamos que o ocorrido não se repetiu no segundo semestre.	Alerta sobre os atrasos verificados	Regular com ressalvas
1.2.3	Da análise da amostra selecionada (1º quadrimestre) verificou-se que foram efetuados tempestivamente os pagamentos do INSS parte servidores e das parcelas de débitos previdenciários	Nenhuma proposição	Regular
1.2.4	De acordo com a análise do Sistema E&L e a conferência da listagem de recolhimento de INSS servidores, no período (01/01/2023 a 31/10/2023), o INSS servidores foram pagos tempestivamente.	Nenhuma proposição	Regular
1.2.5	Item não foi objeto de análise	-	pendente
1.3.1	Item não foi objeto de análise.	Nenhum alerta a sugerir	Pendente
1.3.2	Item não foi objeto de análise.	Nenhuma proposição	Pendente
1.3.3	Analisamos a lista de contas com movimentação durante o exercício de 2023, concluímos que todas as contas pertencem a instituições bancárias oficiais.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista que a movimentação bancária está sendo efetuada em instituição financeira oficial	Regular
1.3.4	Após confrontar os valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras com os extratos bancários no final do exercício, observamos que	Nenhuma proposição ou alerta sugerido	Regular

	não foram encontradas distorções relevantes, nem valores pendentes de regularização por longo período. Observamos também que a conta do Fundo Municipal de Assistência Social não possui o nome da instituição Bancaria correspondente em sua nomenclatura.		
1.3.5	Item não analisado.	-	Pendente
1.5.1	Item não analisado.	-	Pendente
1.5.2	Item não analisado	-	Pendente
2.2.10	Item não analisado	-	Pendente
2.2.18	Item não analisado.	-	Pendente.
2.2.24	Item não analisado.	-	Pendente.
2.2.28	Ao analisarmos os pagamentos efetuados no primeiro quadrimestre de 2023, concluímos que os passivos foram pagos de acordo com a ordem cronológica de exigibilidade definidas no decreto municipal 98/03/2023.	Sem alerta a sugerir	Regular
2.2.30	Item não analisado	-	Pendente
2.2.31	Item não analisado.	-	Pendente
2.2.32	Item não analisado.	-	Pendente
2.2.33	Item não analisado	-	Pendente
2.2.34	Item não analisado	-	Pendente
2.2.35	Ao analisarmos o relatório de liquidações e pagamentos do elemento de despesas subvenções sociais do exercício 2023, verificamos que o Fundo Municipal de Saúde de Irupi, pagou o valor de R\$235.950,00 em Subvenções Sociais no exercício 2023. Verificamos que esses pagamentos foram realizados visando a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, atendendo ao que estabelece o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964,	Nenhum alerta a sugerir	regular
2.3.1	Item não analisado	-	Regular
2.3.2	Item não analisado	-	Regular
2.3.4	Item não analisado.	-	Pendente.
2.3.5	Da análise do relatório de liquidações anuladas do exercício, verificou-se que os cancelamentos de passivos foram autorizados através de decreto e dado publicidade através de exposição do ato no mural da prefeitura	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir	Regular
2.4.1	Da análise do balancete de verificação e do demonstrativo da despesa, não verificamos transferências voluntárias a outro ente da federação.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir	Regular

2.4.3	Item não analisado.	-.	Pendente
2.5.1	Item não analisado.	-	Pendente
2.5.4	Item não analisado.	-	Pendente
2.5.10	Item não analisado.	-	Pendente.
2.5.37	Da análise realizada através de questionário indagação junto ao responsável pelo Departamento de Recursos Humanos, constatamos que não houve admissão de servidores efetivos em 2023	Nenhuma proposição,	Regular
2.6.1	Item não analisado.	-	Pendente.
2.6.2	Item não analisado.	-	Pendente.
2.6.3	Item não analisado.	-	Pendente.
2.6.4	Da análise realizada junto ao responsável pelo Departamento de Recursos Humanos, através de questionário indagação processo de fiscalização, tendo como objeto a folha de pagamento do exercício 2023, constatamos que o teto remuneratório atendeu aos requisitos legais	Nenhuma proposição, visto que atendeu aos requisitos legais	Regular
2.6.5	Item não analisado.	-	Pendente.
2.6.6	Item não analisado.	-	Pendente

## 2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob responsabilidade do Sr. : Hevillyn Eduarda Furtado Silva de Oliveira, Gestora do Fundo Municipal de Saúde, relativa ao exercício de 2023.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 (um) desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra regular com ressalvas, tendo em vista:

- Que esta Unidade de Controle Interno não conseguiu analisar todos os itens mencionados neste relatório,
- Que, em alguns dos pontos de controle examinados foram encontrados vícios de formalidades, onde foram recomendados medidas para regularizar os mesmos,
- Restou dúvidas quanto a alguns pontos de controle examinados, sendo que esta Unidade de Controle Interno já se encarregou de solicitar esclarecimentos, entretanto o procedimento ainda não foi totalmente concluído, e será monitorado pela UCCI até sua conclusão.



- Embora a Unidade de Controle Interno disponha de funcionários lotados, os mesmos não são especialistas em controle interno e Auditoria, entretanto o município já possui um processo de Concurso Público em andamento para preenchimento de 4 vagas de Auditor de Controle Interno.
- Todavia a Unidade De Controle Interno, respeitadas as limitações e dificuldades enfrentadas, esta não foi totalmente omissa no acompanhamento das contas de gestão e governo do Executivo Municipal.

Soma-se aos motivos já citados, a necessidade de constante aperfeiçoamento da equipe da UCCI, principalmente no que se refere à capacitação técnica para ter condições de avaliar com fidedignidade todos os pontos de controle sugeridos por este Tribunal de Contas.

Irupi/ES, 01 de abril de 2024.

**Assinaturas:**

**Robson Geraldo dos Santos Belo**  
*Controlador Interno Municipal*